

9) Cf. AAVV, *Il Ministero e I Ministeri secondo il Nuovo Testamento*, Ep Milão, 1977, p 750.

10) Cf. Vilma Gozzini, *Anche nella Chiesa non è bene che l'uomo sia solo*, RPL 2 (1981), pp 40 — 45.

Endereço do Autor:
Instituto Teológico de Santa Catarina
Caixa Postal, 5041
88041 — Florianópolis, SC

MARIA, MULHER PEREGRINA

Uma leitura latino-americana da "Redemptoris Mater"

Pe. Vitor Galdino Feller
Professor de Dogmática

Introdução:

O melhor ponto de vista e de partida para uma leitura latino-americana da carta encíclica "Redemptoris Mater", de João Paulo II, publicada no último mês de março, é o bloco dos números 35 a 37 da própria encíclica, que, fazendo do Magnificat de Maria, primeira peregrina no caminho da fé, o Magnificat da Igreja em caminho, enlaça num único nó a mariologia do Papa e a mariologia dos pastores, agentes de pastoral e teólogos da América Latina.

Com a escolha deste ponto de vista não se quer, contudo, reduzir toda a riqueza de horizontes, que a encíclica abre sobre Maria e sua presença na caminhada da Igreja, àquilo que mais nos interessa. Antes, o que se pretende é morder, na encíclica, aquela parte onde se encontra a maior aproximação entre o ensinamento do Papa e a nossa realidade e que, por isso, mais nos facilita a abertura da mente e do coração para ir digerindo todo o restante da encíclica papal.

No início deste bloco (RM 35), recordando à Igreja o Magnificat de Maria, como mulher do sim, o Papa faz referência ao número 8 da constituição dogmática "Lumen Gentium", que muitas vezes tem sido citado como gancho que amarra a eclesiológia latino-americana à teologia do Concílio Vaticano II. Afé fala, de fato, de duas características marcantes da Igreja da América Latina: a peregrinação e a perseguição. Ademais, no final desse mesmo bloco (RM 37), depois de recordar à Igreja a opção pelos pobres feita por Maria, o Papa cita um trecho do número 97 da Instrução sobre a Liberdade cristã e a Libertação, onde se fala de Maria como "o ícone mais perfeito da liberdade e da libertação da humanidade e do cosmos". Não é necessário lembrar que esse chamado à liberdade a partir do empenho pela libertação de todos, concretizada na opção pelos pobres, foi ressoado com mais vigor e ouvido com mais ardor na Igreja do nosso continente.

Pensamos assim ser lícito ler toda a encíclica papal sob a ótica de duas marcas teológicas de Maria (a peregrinação, acentuada pelo próprio Papa; e a perseguição, que acentuamos aqui), que encontram sua correspondência e seu maior sentido em duas marcas histórico-sociais e igualmente teológicas da Igreja na América Latina. Assim, nossa realidade de Igreja peregrina e Igreja perseguida nos ajudarão a compreender e receber e, sobretudo, vivenciar, os aspectos mais acentuados da mariologia do Papa.

O primeiro estágio de Maria, como mulher peregrina, foi cedendo lugar ao seu último estágio, como mulher gloriosa, com sua peregrinação já terminada.

1 A marca de Maria como peregrina da fé não é nova na Igreja. Desde sempre, os cristãos, baseados no louvor de Isabel (Lc 1,45), a veneramos como a primeira crente. Mas a admiração de Maria como mulher peregrina sofreu algumas oscilações na história da fé cristã. Nos tempos apostólicos e patrísticos, tinha-se ainda em mente a Maria histórica, mulher simples e pobre que vivia em Nazaré, esposa de José, mãe de Jesus, companheira dos apóstolos no evento pentecostal, primeira seguidora do Reino de Deus, a Maria dos evangelhos. A reflexão sobre o lugar preeminente de Maria na história da salvação, a elaboração dos primeiros dogmas marianos (a maternidade divina, a virgindade e a santidade) e a fundamentação teológica dos dogmas posteriormente definidos (a imaculada concepção e a assunção ao céu) se desenvolveram sem que se corresse o risco de abstratizar Maria, sem lhe tolher as virtudes de mulher desta terra, que sofreu, na carne, a geração e o parto de Jesus terreno e, na fé, a sua perda, para se tornar a primeira a reconhecer o Cristo da fé. Fazia-se mariologia, supondo uma história. Assim o foi, aliás, com a história e o mistério de Jesus Cristo.

Quando, porém, a cristologia começou a salientar demais o "mistério" divino de Jesus, fora e em detrimento de sua história divino-humana (o que aconteceu a partir dos séculos IV e V, atingindo o ápice com a Escolástica), ao mesmo tempo em que se foi perdendo a identidade e a relevância do anúncio do Reino de Deus por ele iniciado, foi-se também esquecendo do primeiro passo que o primeiro homem (um mulher, aliás) deu em favor do seguimento desse reino. O primeiro estágio de Maria, como mulher peregrina, foi cedendo lugar ao seu último estágio, como mulher gloriosa, com sua peregrinação já terminada. Todos os poemas e cantos, com sabor místico-sentimental, não conseguiram dizer tudo sobre sua grandeza e distância em relação a nós. Todos os títulos, de uma doçura familiar-popular, foram poucos para exaltar sua eminência na história da salvação. Todas as devoções eram somente preces balbuciantes em comparação com o seu poder de advogada e medianeira junto ao todo poderoso Deus. Correu-se até o risco, que ainda se corre, de divinizar Maria, destacando-a do seu lugar subordinado no culto e na religiosidade cristãs. Confundiuse o povo com tantos títulos e aparições. Esquecia-se que, se Maria chegara ao céu, é porque havia feito uma caminhada na terra. Esquecia-se que, "gloriosa no céu, ela atua na terra" (Puebla 288).

A volta ao Jesus histórico, como condição para se refletir melhor e para pôr em prática a verdade libertadora do mistério cristológico da encarnação e da redenção, encontra assim sua incidência na mariologia, e ajuda a compreender que a grandeza e a eminência, a advocacia e a intercessão de Maria, encontram fundamento somente na sua peregrinação de fé. Nossos irmãos protestantes já haviam se dado conta desta realidade, ao venerá-la, ainda que não em todas as dimensões do seu mistério, uma vez que se situam numa linha acentuadamente antropológica, como "a primeira crente."

Os orientais preferem vê-la, em ótica pneumatológica, como sinal ou imagem do Espírito Santo. Nós, católicos, a vemos, cristologicamente, como colaboradora de Cristo no mistério da redenção. Uma integração das três linhas de pensamento evitaria acentuações e reduções inúteis e nefastas, e permitiria pensar Maria como representante de toda a humanidade que, nas núpcias de Deus com o seu povo, vale dizer, na auto-comunicação de Deus com o seu povo, recebe a Palavra e a encarna na história.

João Paulo II abre-se a esta perspectiva ao centralizar sua mariologia sobre a história da peregrinação humana da fé da

mulher que, obediente ao Pai, concebe por obra do Espírito, e gera o Verbo humanado. Nisso, ele não renova. Mas, retomando e desenvolvendo um ganho do Concílio Vaticano II, na "Lumen Gentium", ele amplia e pinta com novos matizes esse antigo rosto de Maria, peregrina na fé. "Confortada pela presença de Cristo, a Igreja caminha no tempo, no sentido da consumação dos séculos, e procede para o encontro com o Senhor que vem. Mas nesta caminhada, . . . a Igreja procede seguindo as pegadas do itinerário percorrido pela Virgem Maria, a qual 'avançou na peregrinação da fé, mantendo fielmente a união com o seu Filho até a cruz' (RM 2, citando LG 58). É sob esta lente — a peregrinação da Igreja à luz da peregrinação de Maria — que o Papa desenvolve toda a sua encíclica.

Às portas do terceiro milênio, a Igreja é chamada a um novo advento. Para este advento, contribui a celebração do atual ano mariano,

Às portas do terceiro milênio, a Igreja é chamada a um novo advento. Para este advento, contribui a celebração do atual ano mariano, durante o qual a Igreja é chamada a rever a sua tarefa de evangelização (RM 3-6), que exige dela estar sempre grávida de Cristo para poder gerá-lo nesta história tão necessitada de Deus. Impõe-se uma re-evangelização (RM 28), como serviço da Igreja a todos os povos, tão ansiosos por ver "o nascer do sol da justiça na história do gênero humano" (RM 3). Seguindo os passos de Maria, a Igreja é chamada a encher-se da graça de Deus (RM 8). Como Maria, a Igreja faz parte do eterno desígnio de salvação, apresentado ao povo do Antigo Israel e realizado no Novo Testamento. Dizendo sim a Deus na anunciação, Maria põe às claras a sua predestinação e imaculada conceição, e é posta no centro da inimizade que há entre os que querem a vida de Deus e os deuses que matam a vida do povo. Ela é a mulher que esmaga os ídolos da morte (RM 7-11). A eleição de Maria, como cheia de graça (Lc 1,28), é lida no conjunto da eleição de todos nós, "para sermos filhos adotivos" (Ef 1,5). E "esta eleição (de Maria e nossa) é mais forte do que toda a experiência do mal e do pecado, que toda aquela 'inimizade' pela qual está marcada toda a história do homem (sobretudo a nossa, da América Latina). Nesta história, Maria permanece um sinal de segura esperança" (RM 11). Maria é a mulher que acreditou, por primeiro, na vitória sobre o mal e a morte, sobre o pecado e a injustiça. Ela é feliz porque acreditou (Lc 1,45) que o seu Deus poderia subverter a ordem/desordem do mundo, derrubando os poderes da morte e sendo forte na fraqueza da vida (Lc 1,46-55: o Magnificat). Ela se entrega a Deus, esperando, como Abraão, contra toda a esperança (Rom 4,18) de ser a mãe de um povo de homens libertos e libertadores (RM 14).

Como Maria, a Igreja, "prosseguindo entre as tentações e tribulações da vida, . . . é apoiada pela força da graça de Deus, que lhe foi prometida pelo Senhor, para que não se afaste da perfeita fidelidade por causa da fraqueza humana" (LG 9, citado em RM 35). No meio da história, a Igreja caminha na direção de uma meta ainda não alcançada. O mal e a morte lhe estão sempre diante e dentro de si mesma como inimigos a serem vencidos. Os bispos latino-americanos, ao refletirem sobre a marca peregrina da Igreja (Puebla 254-266), assim se expressam: "Ser peregrino implica sempre uma cota inevitável de insegurança e risco. Ela é acrescida pela consciência de nossa fraqueza e nosso pecado". E logo em seguida: "Reconforta-nos o Espírito Santo e a Mãe fiel, sempre presentes no caminhar do povo de Deus" (Puebla 266). E ainda: "Enquanto peregrinamos, Maria será mãe e educadora na fé, . . . a pedagoga do Evangelho na América Latina" (Puebla 290).

Em sua mariologia fortemente pneumatológica, L. Boff faz uma convincente relação entre o dogma da imaculada conceição

e a história da peregrinação da fé de Maria. Em vista da função divina de ser templo do Espírito e Mãe de Deus, Maria "foi preservada do pecado ao entrar em nossa história contaminada; por isso é a imaculada conceição. Entretanto, esta situação de plenitude de graça (Espírito Santo) não a transfere para o Reino de Deus; vive na carne e dentro das situações humanas marcadas pela atmosfera do pecado. Sua grandeza não reside em não estar sujeita às contradições da existência, mas em poder enfrentá-las, suportá-las e crescer com elas. Não cabe, portanto, — conclui L. Boff — imaginar a vida de Maria como um idílio romântico" ("A Ave-Maria", Vozes, 1980, 69s). Aquela que foi escolhida por Deus foi escolhida para nós, para estar conosco nas lutas de libertação que caracterizam o rosto peregrino da Igreja.

A marca teológica de Maria como peregrina da fé em Deus vem situada na sua história de consagração a Deus e de serviço aos pobres, história que é revivida hoje na caminhada dos povos cristãos que se sentem peregrinos neste mundo.

Assim, a marca teológica de Maria como peregrina da fé em Deus vem situada na sua história de consagração a Deus e de serviço aos pobres, história que é revivida hoje na caminhada dos povos cristãos que se sentem peregrinos neste mundo. A Igreja que peregrina na América Latina oferece um excelente lugar histórico-social a partir do qual se pode falar com mais vigor dessa peregrinação de Maria. Por sua vez, deixando-se iluminar pela reflexão que o Papa faz sobre a fé de Maria, a Igreja latino-americana se enriquecerá com a fé de Maria que, "no Magnificat, vê debelado nas suas raízes o pecado do princípio da história terrena do homem e da mulher: o pecado da incredulidade e da 'pouca fé' em Deus" (RM 37), pecado este intimamente relacionado com a morte dos pobres de nosso continente (cf. Os 4,6).

2 A marca de Maria como perseguida por causa do evangelho não encontra grandes ressonâncias na teologia. De fato, Maria não sofreu a mesma perseguição que sofreu seu Filho e que sofreram e ainda sofrem tantos seguidores do Evangelho. Entende-se aqui, é claro, aquela perseguição que envolve a vida física, o corpo, e que culmina muitas vezes no martírio de sangue. Contudo, sem querer espiritualizar e, com isso, abstratizar a realidade da perseguição, podemos aproveitar-nos da reflexão que o Papa faz sobre a peregrinação de Maria e seu caminho de dor para iluminar a realidade sofrida e ensanguentada das lutas do povo de Deus na América Latina.

Sobre isso, no bloco que escolhemos como ponto de vista para a leitura de toda a encíclica, assim se expressa João Paulo II: "A Igreja, que, embora entre tentações e tribulações, não cessa de repetir com Maria as palavras do Magnificat, 'escora-se' na força da verdade sobre Deus, proclamada então com tão extraordinária simplicidade; e, ao mesmo tempo, deseja iluminar com essa mesma verdade acerca de Deus os difíceis e por vezes intrincados caminhos da existência terrena dos homens" (RM 37). Interessante que é nesse contexto que o Papa liga Maria com a opção pelos pobres, como a dizer que a verdade sobre o Deus de Maria, o mesmo Deus da aliança, no Antigo Testamento, e de Jesus e dos apóstolos, no Novo Testamento, é a verdade sobre o Deus dos pobres de hoje, que, sobretudo no terceiro mundo, anseiam pela concretização do Magnificat. Maria fez sua opção pelo Deus dos pobres e pelos pobres de Deus.

Uma mulher que cantou a opção de Deus pelos pobres não poderia não ter feito sua opção. E tendo-a feito sua, não poderia fugir à consequência dessa causa: a perseguição. Mas, como se caracteriza, então, este rosto de Maria, mulher perse-

guida por causa do Reino? Uma resposta já foi dada pela devoção popular das dores de Maria. Só que, como tantas devoções, também esta, embora nascida na história, perdeu-se em misticismos abstratos. É necessário, pois, re-historicizá-la! Julgamos que João Paulo II dá um bom toque de partida: a peregrinação histórica da fé de Maria. As dores de Maria, refletidas nesse âmbito, ganham um novo colorido que irá impressionar melhor a vivência do culto a Maria em nossas terras.

No caminho da obediência da fé, Maria ouviu de Simeão que o seu Filho será sinal de contradição (Lc 2,34), não alguém que traz a paz, mas alguém que traz a espada que divide e desvela os corações, exige uma escolha a favor ou contra ele, com o Deus da vida ou com os deuses que matam. Ele mesmo, aliás, porque escolhe o Deus da vida e da misericórdia para os pobres e os pecadores, é morto por aqueles que escolheram os deuses da opressão religiosa e política. Maria vive marcada por este sinal de contradição, coração trespassado pelo destino da morte (Lc 2,35), "maternidade obscura e marcada pela dor" (RM 16), que marca também a maternidade de tantas mulheres que na América Latina sabem que os seus filhos vão morrer antes do tempo.

Depois de ter convivido "quotidianamente em contato com o mistério inefável de Deus que se fez homem", experimentando o encontro contínuo com a novidade radical da fé, que lhe terá feito sentir "um particular aperto do coração, unido a uma espécie de 'noite da fé'" (RM 17), Maria participa pela fé no mistério do despojamento total daquele que lhe fora anunciado como rei que reinará para sempre (Lc 1,32s). Ali, aos pés da cruz, Maria vive "a mais profunda 'quênose' da fé na história da humanidade" (RM 18). Assim, aquela que como 'cheia de graça' esteve eternamente presente, por chamado divino, no mistério de Cristo, agora, pela resposta humana, na fé, participa dele em toda a extensão do seu itinerário terreno. Com isso, pode João Paulo II exclaimar: "através do mistério do Filho, esclarece-se também o mistério da Mãe" (RM 19).

É, pois, como mãe do filho perseguido e assassinado, que podemos falar de Maria como mulher perseguida que ilumina o martírio que hoje se sofre na América Latina.

É, pois, como mãe do filho perseguido e assassinado, que podemos falar de Maria como mulher perseguida que ilumina o martírio que hoje se sofre na América Latina. Refletindo sobre o espírito peregrino da Igreja, o documento de Puebla afirma que ser povo peregrino significa morrer quotidianamente em Cristo e que, nesta linha, "os últimos dez anos (estávamos então iniciando o ano de 1979) têm sido violentos em nosso continente" (Puebla 266). Mais adiante, apresentando a Igreja como escola de forjadores de história (Puebla 274-279), adverte: "Para que a América Latina seja capaz de converter suas dores em crescimento para uma sociedade verdadeiramente participada e fraterna, precisa educar homens capazes de forjar a história seguindo a práxis de Jesus" (Puebla 279), práxis esta explicada anteriormente como atitude de total confiança no Pai e de máxima co-responsabilidade e compromisso com os homens (Puebla 276). Assim, como mãe do Filho perseguido por ter sido fiel a Deus e à sua opção pelos pobres e pecadores, Maria tem a exercer um importante papel na Igreja que na América Latina continua a ser perseguida por seguir a causa do seu Filho. No seu número 302, com efeito, o documento de Puebla cita a "Marialis Cultus" de Paulo VI, que afirma ser Maria "a mulher forte que conheceu a pobreza e o sofrimento, a fuga e o exílio; situações estas que não podem escapar à atuação de quem quiser dar apoio, com espírito evangélico, às energias libertadoras do homem e da sociedade" (MC 37).

Refletindo ainda sobre a peregrinação da fé de Maria, Leonardo Boff, o único teólogo latino-americano que se tem dado ao trabalho de elaborar mais sistematicamente uma mariologia (por sinal problemática, no que diz respeito à sua hipótese teológica de uma relação realmente ontológica entre o Espírito e Maria), expressa essa participação de Maria nas dores do povo: "Como mãe e esposa e posteriormente como viúva viveu as virtudes pequenas e difíceis que caracterizam a vida familiar e os achaques inerentes à nossa existência na carne. Nisso tudo não foi nada alienante, desatenta ao que se passava na história de seu povo. Pelo contrário, seu cântico do Magnificat revela uma capacidade inusitada de indignação ética e de protesto contra as injustiças da sociedade" ("A Ave-Maria", op. cit., 70; cf. também do mesmo autor, "O rosto materno de Deus", Vozes, 1979, 196 — 211).

Desse modo, também seu rosto de mulher sofrida e perseguida, porque mãe do Filho de Deus perseguido pelos assassinos seguidores dos deuses da falsa religião e da política opressora, encontra na Igreja da América Latina um amplo espelho onde possa refletir, com mais luz para a Igreja universal, a dureza de sua vida e o valor de seu sofrimento. Por sua vez, a Igreja latino-americana, estudando o comentário que o Papa faz aos acontecimentos dolorosos da vida de Maria, na ótica da sua peregrinação de fé, vai aprendendo com Maria o seguimento de Jesus Cristo, na "certeza de que não se pode separar a verdade a respeito do Deus que salva, de Deus que é fonte de toda dádiva, da manifestação do seu amor preferencial pelos pobres e pelos humildes, amor que, depois de cantado no Magnificat, se encontra expresso nas palavras e nas obras de Jesus" (RM 37).

Conclusão:

Até aqui estudamos, na perspectiva dos números 35-37, no final da segunda parte, somente a introdução (RM 1-6) e a primeira parte (RM 7-24) da encíclica papal, onde se fala da peregrinação de Maria a partir de seu lugar no mistério de Cristo. Sob esta mesma ótica poderiam ser estudadas também a segunda (RM 25-37) e a terceira parte (RM 38-50). A brevidade do espaço nos obriga a fazer aqui somente alguns relances das mesmas. Na segunda parte, o Papa retoma três novos setores da mariologia pós-Vaticano II, a qual tem se caracterizado por sua localização hermenêutica no interior da eclesiologia. Assim, o Papa reflete sobre a figura de Maria que, a partir do centro da Igreja peregrina, impulsiona a mesma Igreja: 1) a estar presente em todas as nações da terra (RM 25-28); 2) a esforçar-se por ser obediente ao Espírito em favor da unidade dos cristãos (RM 29-34); 3) a cantar o Magnificat na opção pelos pobres e no empenho pela sua libertação (RM 35-37). Na terceira parte, o Papa trata da mediação materna de Maria a partir de suas relações com Cristo e com a Igreja e cada cristão. Assim ele fala de Maria que participa, como serva do Senhor (RM 38-41) e como mãe da Igreja e de cada cristão (RM 42-47), da mediação única de Cristo; e termina com o anúncio do ano santo mariano, como celebração do advento do terceiro milênio (RM 48-50).

Impoem-se, enfim, algumas conclusões práticas, que damos em forma de sugestões para vivificar nosso relacionamento com Maria:

Relacionar Maria com a vida da Igreja Peregrina, sobretudo agora em que se exige, numa sociedade que não é mais cristã, que é quase pós-cristã e, muitas vezes, anti-cristã, um novo lançamento da evangelização.

a) relacionar Maria com a vida da Igreja peregrina, sobretudo agora em que se exige, numa sociedade que não é mais cristã, que é quase pós-cristã e, muitas vezes, anti-cristã, um novo

lançamento da evangelização, uma re-evangelização que se centre no anúncio do Reino de Deus para todos, a partir dos pobres;

b) acentuar o rosto peregrino e perseguido de Maria, diante de uma situação de injustiça e pobreza, em que os oprimidos da América são convidados a olhar para Maria, não como a uma mulher distante de suas vidas, mas como à Mulher que está com eles e os acompanha na sua caminhada de fé no Deus libertador;

c) evitar devoções e linguagens que possam desfigurar o rosto de Maria histórica, que possam levar ao esquecimento ou à sombra os fatos concretos da sua história de pobreza e sofrimento;

d) relacionar sempre os dogmas marianos, as devoções populares, os títulos, os lugares e santuários, as aparições, a eventos concretos de sua história de peregrinação na fé;

e) ressaltar os aspectos ecumênicos do culto a Maria, quais sejam: Maria como ouvinte da Palavra, protótipo de todo crente, menos pela maternidade biológica do que pela maternidade espiritual de receber a Palavra e cumpri-la; obediente ao Espírito, do qual é a primeira testemunha;

f) valorizar o papel de Maria como irmã, amiga, mulher, em favor de relações mais fraternas com ela (sem diminuir a relação vertical de filiação.)

g) libertar Maria das projeções que uma hierarquia sacerdotal masculina tem sustentado, em detrimento de uma postura clara e evangélica diante da sexualidade humana, ao fazer de Maria um modelo impossível que é usado contra a mulher;

h) buscar, numa teologia feminina, metáforas femininas para o discurso sobre Deus, em vistas de uma terminologia tanto masculina quanto feminina que verbalize nossa experiência de Deus, mas evitando uma identificação de Maria com o feminino, que poderia levar ao equívoco de representar a masculinidade somente em Jesus; pois, se Deus não se esgota no masculino, também Maria vai além da distinção dos sexos, para ser a primeira pessoa, a primeira dentre homens e mulheres, a se tornar discípula da Palavra feita carne;

i) tratar Maria como Mãe, não tanto por motivos sentimentalistas, mas por motivos teológicos, isto é, por ser ela um documento vivo, um memorial feito de sinais e vivências dos primeiros tempos do nosso cristianismo, a origem de nossa vida cristã; ela é um lugar de convergência, diante do qual a Igreja pode conferir a verdade sobre si mesma e sua fidelidade a Deus e aos homens; nela, os cristãos podem encontrar as verdades centrais da nossa fé, levadas à perfeição da praticidade, desde a revelação da Trindade (ela é Mãe do Filho de Deus Pai, por ação e poder do Espírito Santo), até a história-mistério da Cruz-Ressurreição, com seu ponto de partida na encarnação, sua confirmação no Pentecostes, e sua longa e ainda inacabada gestação na Igreja.

Fontes:

Documento de Puebla, 254-303

- 1) L. BOFF, *A Ave-Maria*, Vozes, Petrópolis, 1979. *O rosto materno de Deus*, Vozes, Petrópolis, 1979
- 2) A. M. AUTRAN, "A Igreja e o mundo redescobrem Maria, a discípula de Cristo", em *Atualização* 207 (1987) 191-195
- 3) C. BAZARRA, "Maria: ponto de união ou de divisão dos cristãos?", em *Atualização* 207 (1987) 197-202
- 4) P. RANGEL, "Maria: Memória da Igreja", em *Atualização* 207 (1987) 203-205

Endereço do Autor:
Instituto Teológico de Santa Catarina
Cx. Postal 5041
88041 — Florianópolis — SC

DOCUMENTO TRADUÇÃO ANTIPATRIARCAL DA BÍBLIA

por: Paul Gerhard Müller (Diretor da Associação Bíblica Católica da Alemanha Ocidental)

Uma nova tradução antipatriarcal da Bíblia está causando grande sensação nos Estados Unidos. A palavra *Deus* é traduzida por "Divindade"; *Pai*, referindo-se a Deus, é "Mãe e Pai"; *Filho de Deus* é "Criança da Divindade"; *homem* é "pessoa", e *Adão* é "humanidade". Onde quer que haja predomínio ou preferência masculinos, agregou-se uma contraparte feminina ou, se isto não é possível, substituiu-se por uma expressão neutra. Assim, a totalidade da Bíblia foi pressionada sistematicamente pelo drástico filtro da ideologia feminista.

Esta tradução excepcional da Bíblia pode ser encontrada no novo Lecionário de leituras escriturísticas, para as celebrações litúrgicas do domingo e festas, com o nome de "Inclusive Language Lectionary" ("Lecionário em Linguagem Inclusiva"). Esta publicação trata de eliminar um predomínio unilateral e patriarcal masculino, introduzindo palavras que ampliam o significado, isto é, fazem com que o sentido masculino-feminino se torne mais claro.

O projeto do Lecionário em linguagem especial foi comissionado pelo Conselho Nacional de Igrejas da América, uma organização ecumênica que compreende trinta Igrejas, protestantes e ortodoxas. Uma equipe de onze peritos bíblicos e pastores, incluindo a Irmã Dianne Bergant, trabalhou durante dois anos para completar o Lecionário, que será aplicado experimentalmente nas principais Igrejas livres protestantes. O livro, de 192 páginas, é o primeiro de três volumes que, quando forem completos, compreenderão 95% do Novo Testamento e 40% do Antigo Testamento, adaptado da "Revised Standard Version" ("Versão-Modelo Revista").

Posto que a Sagrada Escritura é o primeiro instrumento para edificar comunidades, a Bíblia não deveria expressar-se exclusivamente em termos masculinos mas sim deveria oferecer, através de sua linguagem, formas de identificação às ouvintes femininas da Palavra.

Segundo o Prof. Victor H. Gold, do Seminário Luterano do Pacífico, diretor da equipe de tradução, e David Nag, diretor do Conselho Nacional de Igrejas, a meta, antes de tudo, é a de emancipar o texto bíblico do domínio masculino que prevalece por toda a Bíblia. Posto que a Sagrada Escritura é o primeiro instrumento para edificar comunidades, a Bíblia não deveria expressar-se exclusivamente em termos masculinos mas sim deveria oferecer, através de sua linguagem, formas de identificação às ouvintes femininas da Palavra, segundo a Prof. Susan Thintlewaite, do Seminário Teológico de Chicago.

A opinião do Dr. Thomas Hoyt, Professor de Antigo Testamento, é que as mulheres não deveriam sentir-se excluídas da comunidade por causa da linguagem da Bíblia. Ao contrário, acrescentou, a igualdade dos dois sexos perante Deus deveria ser o princípio que norteie tudo, e por isso a linguagem tem de ser "inclusiva" em relação à mulher, na teologia e na Igreja. Por exemplo, a expressão que se encontra em Mateus 3, 9: "...temos Abraão como nosso pai" deveria acrescentar-se: "e Sara e Agar como nossas mães". Da mesma forma, as palavras do Cristo